



Organização dos Estados Ibero-
Americanos para a Educação, a Ciência
e a Cultura.

Edital Nº 014/2022

Contratação de consultor na Modalidade PRODUTO
PROJETO OEI/BRA/18/002

Com curso superior completo na área de Ciências Humanas, Exatas ou Biológicas, devidamente reconhecido pelo Ministério da Educação. Pós-graduação stricto sensu em nível de Mestrado e desejável pós-graduação em nível de doutorado. Experiência profissional: mínima de 05 (cinco) anos na gestão, elaboração, análise e/ou acompanhamento de projetos educacionais e desejável experiência no processo de ensino-aprendizagem mediado pelas tecnologias da informação e comunicação. Consultor: 05 (cinco) vagas. Uma para cada Região do país. Objetivo da Contratação: contratação de consultoria técnica especializada, para assistir aos estados e aos municípios na elaboração e na implementação dos planos de carreira e de remuneração dos profissionais da educação escolar pública. As atividades serão desenvolvidas em Brasília (DF), no entanto, o (a) consultor (a) deve estar à disposição para eventuais viagens. Este edital terá a validade de 10 meses, a partir da sua publicação. Vigência do contrato: 10 meses. Código da vaga TOR_CGVAL_DIFOR_PCR/001/2022 (TR 7509)

Os interessados deverão realizar o cadastro diretamente na página da OEI, acessando este edital e respeitando o prazo estabelecido, período de 04/02/2022 a 09/02/2022. Serão desconsiderados os currículos em desacordo com estas exigências e/ou fora do prazo estipulado no Edital. O modelo padrão de currículo e o termo de referência completo para a vaga estão disponíveis em <https://oei.int/pt/escritorios/brasil/contratacoes>

FUNDAMENTO LEGAL Decreto nº 5.151, de 22 de julho de 2004 e Portaria MRE nº 8, de 4 de janeiro de 2017. Informamos que essa contratação será efetuada mediante processo seletivo simplificado (análise de currículo e entrevista), sendo exigida dos profissionais a comprovação da habilitação profissional e da capacidade técnica ou científica compatível com o trabalho a ser executado. É vedada a contratação, a qualquer título, de servidores ativos da Administração Pública Federal, Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, direta ou indireta, bem como de empregados de suas subsidiárias e controladas, no âmbito dos projetos de cooperação técnica internacional. É vedada, ainda, a contratação de consultor que possua vínculo familiar com agente público que exerça cargo em comissão ou função de confiança de direção, chefia ou assessoramento no Ministério da Educação (art. 7º do Portaria MEC nº 981, de 18 de novembro de 2020).